

A QUESTÃO RACIAL COMO DESAFIO
À DEMOCRACIA BURGUESA NO
BRASIL: O MARXISMO ENTRE ANÁLISE
ACADÊMICA E CRÍTICA SOCIAL.

ALMEIDA, SÍLVIO. (ORG.). *MARXISMO E
QUESTÃO RACIAL*. SÃO PAULO: BOITEMPO,
2021 (DOSSIÊ MARGEM ESQUERDA).

O professor Sílvio Almeida, mais conhecido pelo grande público como ex-ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do terceiro Governo Lula (2023-), reaparece mais uma vez como intelectual negro na arena pública da crítica social ao projeto histórico secular de Brasil hegemonicamente branco e eurocentrado, muito embora, como bem reconhece o autor e ativista da causa negra e antirracista, seja este mesmo Brasil nuançado em múltiplos paralelos de brasilidade: indígena, cabocla, nordestina, migrante, miscigenada. No exercício da crítica analítica e da denúncia social, com efeito, Almeida provoca a agenda acadêmica, desde militâncias minorizadas em resistência e luta por reconhecimento até os modismos midiáticos para o debate polêmico sobre as relações étnico-raciais ao organizar este didático e condensado livro, audaciosamente intitulado “Marxismo e Questão Racial” (Almeida, 2021).

O argumento central problematizado ao longo da obra afirma que o racismo, enquanto fenômeno social aparentemente apenas superestrutural – ainda que social e culturalmente capilarizado de forma totalizante –, não compreende somente um problema de moralidades e comportamentos coletivos oportunistas de brancos ricos ou empobrecidos saudosos da mão de obra negra em senzala e eito; de juridicidade caduca ou falhas institucionais de uma burocracia geneticamente colonial rançosa e saudosa de varas e chibatas, tumbeiros e sabujos; ou mesmo de uma forma psicológica patológica narcísica anti-igualitária e pendente de aleivosias para com a própria autoctonia e cultura em reconhecimento subalterno de padrões civilizatórios metropolitanos. Outrossim, enfatiza o professor Sílvio Almeida, o racismo deve ser socioantropológicamente entendido como um modo geral de relação social estruturada política

e economicamente (Almeida, 2021, p. 7), compondo no cotidiano inconsciente e naturalizado a lógica institucional profunda, oficialmente recalçada pelos discursos e rituais de ordem, e o horizonte normal expectado de ação social simbolicamente inscrito na hierarquização étnico-racial.

Diante dessa afirmativa basilar para os estudos sociais, político-econômicos e filosóficos reunidos enquanto tradicional crítica marxista – apesar de sempre escamoteada pela leitura liberal e individual-narcísica do mundo –, o livro organizado pelo professor Sílvio Almeida se estrutura em quatro capítulos, cada um dos quais destacando ligeiramente uma premissa teórica particular sobre a Questão Racial como elemento estruturado dos mundos moderno e contemporâneo. Cabe enfatizar, nesse sentido, que este livro é um esforço do professor Almeida que já acumula considerável discussão pública, inclusive sobre a Questão Racial que molda não apenas o Brasil e as brasilidades, mas, também, o âmagô cosmológico do despertar renascentista, mercantilista, etnocêntrico, expansionista e colonialista da Modernidade enquanto projeto político-econômico utilitarista hobbesiano e social-darwinista, por um lado, e social-espiritualista luterano-calvinista e católico-inquisitorial, por outro.

Essa cosmologia etnocêntrica replicava, portanto – ainda mais que alicerçada em uma matriz cultural fortemente marcada pela experiência de empreendimento moral coletivo do tipo cruzada militar e simbólica contra a alteridade –, a lógica estrutural, exclusivista e totalitária, sociometabólica crescente de extração de mais-valia das Áfricas, Ásias e Américas secularmente violentadas para a reprodução do Capital europeu (e, mais tardiamente, estadunidense): mercantil, comercial, industrial e informacional, conforme avançavam os ciclos de acumulação capitalista. No ótica sistêmica e histórica de Almeida (2019), o fenômeno do racismo, mesmo que sopesado em sua dimensão comportamental-expressiva, tanto individual quanto institucional, deve analítica e criticamente remeter a uma estruturação sociocultural anti-igualitária e hierarquizante, em termos étnico-raciais, do normal relacional e simbólico em que são organizados os vínculos políticos, econômicos e jurídicos, isto é, a organização social e familiar, os circuitos de reciprocidade e trabalho, bem como os idiomas legítimos de poder e autoridade.

Nesse sentido, o racismo não se trata de patologia social ou de desarranjo institucional, mas de regra estrutural sistemicamente reproduzida, cuja complexidade não deve ser irresponsavelmente reduzida à escala simbólico-interacional entre sujeitos racializados e perpetradores do biopoder racializador. O pensamento de Almeida (2019 e 2021), desse modo, apresenta enorme potencial de fertilização crítico-analítica do debate público sobre a Questão Racial, no jogo político-institucional e cultural no Brasil, ao pontuar os contornos socio-históricos da divisão racial do trabalho e da composição racista-racialista que emoldurou, ainda com enormes reverberações, o projeto nacionalista brasileiro desde o Império (1822-1889), perpassando a República (1889-1988), ao longo de quase todo o século XX: *branquear* negros e indígenas na forma liberal-fascistoide do pseudocidadão genérico brasileiro, para o qual a identidade étnica de indígena deveria estar superada (pois significava vergonhoso atraso cultural e civilizatório) e de negro africano deveria ser negada (pois indicava estigma negativo referente ao passado escravista). Para além desse enorme arco de estrutura e eventos que compõem o projeto Brasil (que se caracterizava por um modelo de *democracia racial*, mas de sofisticado *racismo de marca*), o professor Sílvio Almeida nutre o presente debate com potente abordagem crítico-analítica do colonialismo em África, onde a intervenção exploratória colonial atingiu píncaros de sofisticação ideológica e biopolítica com os discursos evolucionistas de inferioridade racial e com as práticas de segregação racial, de etno- e genocídio somente possíveis e exequíveis na colaboração entre Estado, Mercado e Ciência racistas dos imperialismos capitalistas europeus e estadunidense.

De volta mais propriamente à presente obra *Marxismo e Questão Racial* (Almeida, 2021), pontuamos que os capítulos trazem uma tentativa de análise marxista sobre a Questão Racial, notadamente abordando a realidade brasileira, em cuja estrutura o negro se encontra imerso na condição de classe espoliada e perigosa, atingido pela brutal ofensiva do Capital sobre o trabalho intensamente explorado e pelo ódio vocalizado pela branquitude ao pobre racializado como biologicamente inferior e marginalizado como culturalmente perigoso.

Alessandra Devulsky, no primeiro capítulo, intitulado “*Estado, racismo e materialismo*”, afirma, em tom de crítica materialista, já de saída, que o “esteio anticapitalista da luta contra o racismo é fundamental; sem ele, as intervenções resumem-se à integração dos negros à sociedade salarial de modo

precário” (Devulsky, 2021, p. 15). Conforme coloca a autora, as estratégias de combate ao racismo sistêmico passam sobretudo pela análise e pela luta anticapitalista, não devendo existir oposição entre a luta antirracista e a luta anticapitalista, ambas confluindo para o enfrentamento do legado colonial e imperialista e do presente global-capitalista. Nas palavras da autora,

A armadilha de que o movimento operário mundial parece não ter conseguido escapar – e para a qual o movimento negro brasileiro precisa estar preparado – é o fato de que a sociedade salarial, ao ser naturalizada como único e intransponível campo de luta, esgota seus flancos de atuação nos limites impostos pela sociabilidade capitalista. Por mais necessária em termos imediatos que pareça estar a conquista de direitos no cenário atual das lutas emancipatórias, a luta política não pode encerrar-se no âmbito da legalização, pois o direito civil que confere status de sujeito de direito à mulher e ao negro é o que mantém os privilégios daqueles que gozam dos benefícios da acumulação do capital e de seu entesouramento individual (Devulsky, 2021, p. 19).

A tônica do argumento de Devulsky retoma a tradição marxista de pensar a autêntica emancipação do gênero humano, superando a condenação totalizante das massas subalternizadas.

Importante discussão também está posta no segundo capítulo, da autoria de Dennis de Oliveira: “*Dilemas da luta contra o racismo no Brasil*”. Nessa reflexão, o autor mantém o diálogo crítico-analítico marxista e parte da ideia de que o movimento negro não pode se limitar a políticas compensatórias ou de promoção social, isto é, não deve reduzir-se às superficialidades da estruturação racista do social e da cultura, mas desmontar a branquitude e seus mecanismos totalizantes de biopoder. Oliveira reconhece, assim, o esvaziamento da esfera política na luta antirracista, o que, por conseguinte, direciona a Questão Racial para temáticas que não contradizem os interesses estratégicos do Capital e de seu sociometabolismo expansivo e colonizador, etno- e genocida homogeneizantes.

Oliveira argumenta, em diálogo otimista com a tradição marxista de compromisso com a emancipação do gênero humano, que “o combate ao racismo transcendeu da denúncia para o reconhecimento de sua existência, e finalmente, para ser incluído na dimensão institucional da formulação das políticas públicas” (Oliveira, 2021, p. 25). No entanto, reconhece, ao confrontar-se com

o atual quadro nacional de configuração das relações étnico-raciais, que “alguns dados demonstram que, a despeito dos avanços institucionais, o problema do combate ao racismo ainda é marginal na estrutura do Estado brasileiro” (Oliveira, 2021, p. 27). Eis que, assim como Almeida já na abertura do livro, Oliveira (2021, p. 28) pontua que, imerso em uma estrutura de classes, capturado pelos processos de expansão da concentração de riquezas materiais e simbólicas e pela violência como linguagem e prática política permanente de sociabilidades marcadas pela exploração generalizada do outro, “o racismo não é um problema de formação nem de comportamento. O racismo deve ser visto como questão estrutural”.

O terceiro texto, intitulado *Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura*, elaborado por Marcio Farias (2021, p. 45), apesar de traçar uma trajetória intelectual particular, mantém o fio condutor estrutural e afirma que o pensamento social antirracista de Moura, especialmente em sua obra *Sociologia do Negro Brasileiro*, compreende um “livro que tem como função ser um instrumento de qualificação de uma militância negra e anticapitalista”. Para ele, “diante de uma sociedade classista e racista, cabe ao negro o papel potencialmente revolucionário de explicitar uma das mais efetivas contradições da modernidade brasileira: o mito da democracia racial” (Farias, 2021, p. 46).

Por fim, o quarto capítulo, intitulado *Feminismos negros e marxismo: quem deve a quem?*, da autoria de Rosane Borges, parte da premissa de que marxismo e os vários feminismos têm ramificações teóricas comuns, contudo há de se reconhecer a persistência de obstáculos ideológicos e epistemológicos que complexificam algumas questões crítico-analíticas entre essas abordagens revolucionárias e emancipatórias. A autora, com efeito, busca pontuar algumas trajetórias do movimento feminista que o fazem confluir com o pensamento histórico dialético-materialista, entendendo-o como feminismo marxista. Para ela,

O chamado feminismo marxista põe em cena as desigualdades de classe, fomentadas pelo desenvolvimento do capitalismo via Revolução Industrial. Tem como pano de fundo as expressivas lutas proletárias, com a burguesia desempenhando um papel fundamental na manutenção das hierarquias e das desigualdades. A economia e o mundo do trabalho constituíam as causas da subordinação feminina (Borges, 2021, p. 52).

Borges (2021), nesse diapasão, discute o feminismo negro como uma plataforma de expansão da teoria marxista atualizada ao embate revolucionário presente, alargando as perspectivas teóricas no campo da teoria social.

Em geral, a obra *Marxismo e Questão Racial*, organizada pelo professor e intelectual público Sílvio Almeida, brinda o leitor brasileiro compromissado com a luta antirracista com reflexões e provocações atuais sobre o Estado e a Democracia Burguesa, o Reformismo Social e Políticas Públicas Compensatórias, as Ideologias da Branquitude e o papel explicativo de Raça e Gênero na crítica ao sociometabolismo do Capital. É importante pontuar que a questão racial, no marxismo, deve considerar o Estado como um instrumento de dominação de classes. Portanto as políticas públicas de promoção social ocorrem dentro da estrutura de ordem burguesa. A análise da questão racial no marxismo não pode abrir mão de pensar a luta de classes, já que qualquer tentativa de conciliação – ou de análise conciliadora – também se dá dentro do que a ordem burguesa permite. É preciso, sim, pensar a questão racial de forma interseccional com os problemas também estruturais do sexismo, da xenofobia, da intolerância religiosa etc., mas sem tirar a problemática da luta de classes e da ordem capitalista. É imperativo, pois, fazer a crítica ao trabalho heterônomo, à binarização da vida individual em tempo produtivo e de (pseudo)lazer colonizado pela indústria cultural, bem como à abissal alienação do si mesmo moral-emotivo no mundo estranhado do anonimato cada vez mais virtualizado e da individualidade coletiva como função do biopoder, mas sem perder de vista a problemática anticapitalista.

O racismo estrutural mobiliza objetividades institucionais e subjetividades actanciais para a discriminação racial, isto é, a construção anti-igualitária e hierarquizante do social em termos de raça, em cujo topo da escala a branquitude hegemônica é imposta como modelo de vida social legítima. A abordagem crítico-analítica da Questão Racial, no Brasil, precisa problematizar as dimensões rituais e mitológicas de recalque, silêncio, invisibilidade e inconsciência, tão sobejamente capturadas pela branquitude intelectual para a negação pública da divisão racial do trabalho, da reciprocidade e da autoridade na conformação da brasilidade oficial: cabendo ao negro o lugar econômico do trabalho superexplorado e alienante e a experiência do não poder e do não direito em um mundo de autoridades extremamente violentadoras do corpo, da mente, da pessoa, do grupo, da tradição e da linguagem do negro.

O enquadramento da Questão Racial pela crítico-análise marxista, portanto, deve desconstruir a ideologia burguesa e liberal-fascistoide, de combate ao racismo pela representatividade identitária, pela formalização de direitos e pela ascensão social: práticas assimilacionistas que integram pela precarização do trabalho, pelo estigma social e pela destruição de saberes e tradições etnicamente referenciados. Eis o que o marxismo deve trazer como crítica e como práxis, indissociavelmente. Buscou-se, portanto, com esta obra, mobilizar o instrumentário teórico-metodológico marxista para a crítico-análise atual do capitalismo enquanto sistema-mundo de relações de exploração, cuja lógica colonialista, imperialista e globalizante de um modelo totalitário de sociabilidades anti-igualitárias e hierarquizantes se inscrevem as relações étnico-raciais pertinentes à Questão Racial no Brasil. Temos, então, uma leitura obrigatória na formação de estudantes e pesquisadores em Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. (org.). *Marxismo e questão racial: dossiê margem esquerda*. São Paulo: Boitempo, 2021. (Dossiê Margem Esquerda).
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BORGES, Rosane. Feminismos negros e marxismo: quem deve a quem? In: ALMEIDA, Silvio (org.). *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DEVULSKY, Alessandra. Estado, racismo e materialismo. In: ALMEIDA, Silvio (org.). *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FARIAS, Márcio. Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura. In: ALMEIDA, Silvio (org.). *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- OLIVEIRA, Dennis de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In: ALMEIDA, Silvio (org.). *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021.